

ADAP/DP DE ESTUDOS DISCIPLINARES

1º Semestre – GRADE 2015.2

NOME: _____ **RA:** _____

Preencha abaixo o gabarito das questões:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

1. Os direitos da personalidade são direitos fundamentais do ser humano. Em relação a eles, não é correto afirmar que:

- A) São intransmissíveis.
- B) São extrapatrimoniais.
- C) São irrenunciáveis e inexpropriáveis.
- D) Estão sujeitos a penhora por dívidas do seu titular.
- E) São irrenunciáveis, em regra.

2. Assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Os menores de 16 anos são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- B) São relativamente incapazes aqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil.
- C) Os que não puderem exprimir sua vontade, ainda que por motivo transitório, são absolutamente incapazes.
- D) Pródigos são relativamente incapazes.
- E) Menores entre 16 e 18 anos são relativamente incapazes.

3. Quanto à comoriência, assinale a alternativa correta:

- A) Trata-se de morte simultânea entre dois ou mais indivíduos que faleceram na mesma ocasião e no mesmo local.
- B) Não há transferência de bens entre os comorientes, quando parentes uns dos outros, sendo chamados seus herdeiros à sucessão.
- C) Para a caracterização da comoriência, a morte simultânea é uma presunção legal absoluta, não se admitindo prova em contrário.
- D) Todas as alternativas estão corretas.

4. Quanto à emancipação, assinale a alternativa incorreta:

- A) O ser humano é emancipado ao completar dezoito anos de idade.
- B) O menor que tiver dezesseis anos completos pode ser emancipado por concessão dos pais.
- C) O casamento mesmo quando resulta em divórcio emancipa a pessoa menor de idade.
- D) A emancipação pode ocorrer em virtude de sentença judicial.

5. O início da personalidade jurídica de uma pessoa jurídica dá-se:

- A) Pela manifestação da vontade criadora de seus membros.
- B) Pela conjugação de seus requisitos materiais constitutivos.
- C) Pela observância de seu requisito formal, ou seja, através do seu registro e (ou) autorização ou aprovação governamental.
- D) Apenas após a autorização governamental para o seu funcionamento.

6. Quanto às sociedades, é correto afirmar que:

- A) Os sócios respondem sempre solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.
- B) Os sócios podem provar a existência da sociedade por qualquer meio admitido em Direito, ainda que não se trate de pessoa jurídica registrada.
- C) Podem as sociedades não ter escopo de lucro.
- D) Podem ser "universitas personarum" ou "universitas bonorum".
- E) Sempre são formadas por reunião de pessoas e têm fins lucrativos.

7. Quanto aos materiais de construção, assinale a alternativa incorreta:

- A) Materiais ainda não empregados são bens imóveis.

- B) Materiais empregados na construção são imóveis por acessão física (artificial).
- C) Materiais separados transitoriamente são imóveis.
- D) Materiais que, separados do solo, são destinados à alienação como sucata, readquirem a qualidade de móveis.
- E) Na loja, os materiais de construção têm natureza jurídica de bens móveis.

8. João falece e sua herança consiste somente em dinheiro. O direito à herança de João, composta somente por dinheiro, é bem:

- A) Móvel por natureza.
- B) Móvel por definição legal.
- C) Imóvel por acessão física.
- D) Imóvel por acessão intelectual.
- E) Imóvel por determinação legal.

9. O vestido colocado à venda pela proprietária de uma loja é bem:

- A) Móvel, corpóreo, divisível, alienável e inconsumível.
- B) Imóvel, corpóreo, indivisível, alienável e consumível.
- C) Móvel, corpóreo, indivisível, alienável e consumível.
- D) Imóvel, incorpóreo, divisível, alienável e inconsumível.
- E) Fungível e não consumível.

10. Em se tratando de bens reciprocamente considerados, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

I. A afirmação de que o dono da coisa principal é o dono da coisa acessória trata-se de presunção absoluta.

II. A coisa acessória sempre segue a sorte da principal.

III. A coisa principal é aquela que existe por si, abstrata ou concretamente.

- A) Somente I e II são corretas.
- B) Somente II é correta.
- C) Somente II e III são corretas.
- D) Somente III é correta.
- E) Somente I e III são corretas.

ADAP/DP DE ESTUDOS DISCIPLINARES

2º Semestre – GRADE 2015.2

NOME: _____ RA: _____

Preencha abaixo o gabarito das questões:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

1. Assinale a alternativa correta

- A) Processo e procedimento são institutos idênticos;
- B) Processo é o modo pelo qual se desenvolve a relação jurídica processual; já o procedimento é um conjunto de atos cuja finalidade é a composição da lide;
- C) Todo processo exige um determinado procedimento, que pode ser comum ou especial
- D) O procedimento comum se divide em ordinário e especial
- E) nenhuma das alternativas anteriores

2. Diz-se como sendo o meio pelo qual os órgãos jurisdicionais atuam para pacificar as pessoas conflitantes, eliminando as discórdias e fazendo cumprir o preceito jurídico pertinente a cada caso que lhes é apresentado em busca de solução. Tal assertiva define:

- A) jurisdição.
- B) processo.
- C) conflito de interesses
- D) lide
- E) poder do juiz.

3. A lei processual civil tem aplicação imediata, respeitada a *vacatio legis*, e não pode ser aplicada de modo retroativo a não ser quando:

- A) os atos processuais já foram determinados pelo juiz.
- B) for para beneficiar uma das partes no processo.
- C) os atos são pendentes e o seu início se deu na vigência da lei anterior.
- D) resguardar as garantias processuais das partes.
- E) nenhuma das anteriores

4. Na prestação jurisdicional há um interesse público maior do que o privado defendido pelas partes. É a garantia de paz e harmonia social, procurada através da manutenção da ordem jurídica. Todos, e não apenas os litigantes, têm direito de conhecer e acompanhar tudo que se passa durante o processo. Esta frase reflete o princípio:

- A) da economia processual
- B) da publicidade
- C) da motivação
- D) do devido processo legal
- E) da inafastabilidade do controle jurisdicional

5. O princípio que fala da possibilidade de as partes submeterem a matéria decidida por um juízo à reapreciação de outro, em regra, hierarquicamente superior, trata-se:

- A) da economia processual
- B) do juiz natural
- C) do duplo grau de jurisdição
- D) da inafastabilidade do controle jurisdicional
- E) da duração razoável do processo

6. Proíbe a existência dos Tribunais de Exceção, que são juízos criados para julgar fatos já ocorridos, com parcialidade, para prejudicar ou beneficiar alguém. Toda origem, expressa ou implícita, do poder jurisdicional só pode emanar da

Constituição, de modo que não é dado ao legislador ordinário criar juízes e tribunais.

Esta ideia reflete o princípio:

- A) do devido processo legal
- B) da inafastabilidade do controle jurisdicional
- C) da oralidade
- D) do juiz natural
- E) da boa-fé processual

7. "A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito".

Tal dispositivo consagra o princípio:

- A) do juiz natural;
- B) do remédio da jurisdição;
- C) da tutela jurisdicional;
- D) da isonomia perante a lei.
- E) inércia da jurisdição;

8. É o poder, função ou atividade de aplicar o direito a um fato concreto, pelos órgãos públicos destinados a tal, obtendo a justa composição da lide. Poder, porque é a manifestação do poder estatal, porque atua cogentemente (manifestação de força) como manifestação de potestade do estado e o faz definitivamente em face das partes em conflito; função, porque cumpre a finalidade de fazer valer a ordem jurídica posta em dúvida em virtude de uma pretensão resistida; e atividade, porque consiste numa série de atos e manifestações externas de declaração de direitos e de concretização de obrigações consagradas num título. Trata-se:

- A) ação
- B) processo
- C) jurisdição
- D) competência
- E) nenhuma das anteriores

9. A ação, como direito público e subjetivo de invocar a prestação jurisdicional, independente de ser favorável ou não, ao postulante, e de natureza:

- A) Concreta;
- B) Abstrata;
- C) Mista;
- D) Privada;
- E) Nenhuma das alternativas está correta.

10. O direito de ação se prende ao direito material. O direito de ação nada mais era do que o próprio direito substantivo reagindo contra a sua violação.

Assim, a ação era simples capítulo do direito civil, não se distinguindo o direito de ação do direito subjetivo material. Daí não há ação sem direito; não há direito sem ação; a ação segue a mesma natureza do direito. Este pensamento embasou a teoria:

- A) do direito de ação autônomo e abstrato
- B) civilista ou imanentista
- C) do direito de ação autônomo e concreto
- D) do direito de ação puro
- E) do direito de ação real

ADAP/DP DE ESTUDOS DISCIPLINARES

3º Semestre – GRADE 2015.2

NOME: _____ **RA:** _____

Preencha abaixo o gabarito das questões:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

1. O princípio básico que objetiva aferir a compatibilidade entre os meios e os fins, de modo a evitar restrições desnecessárias ou abusivas por parte da Administração Pública, com lesões aos direitos fundamentais, denomina-se:

- A) motivação;
- B) razoabilidade;
- C) impessoalidade;
- D) coercibilidade;
- E) imperatividade;

2. Na hipótese de Prefeito que delibera desapropriar área de seu desafeto para edificar hospital municipal, verifica-se, do ponto de vista material ofensa ao seguinte princípio da Administração Pública:

- A) motivação;
- B) moralidade;
- C) legalidade;
- D) devido processo legal;
- E) Inalienabilidade dos bens públicos.

3. Sobre os princípios que regem a administração pública, é incorreto afirmar que:

- A) o princípio da moralidade exige que o administrador se pautar por conceitos éticos;
- B) corolário do princípio da igualdade é a vedação de se estabelecer diferenças em razão de sede ou domicílio dos licitantes;
- C) o princípio da supremacia do interesse público decorre da posição privilegiada dos órgãos e entes públicos encarregados da preservação do interesse público;
- D) em decorrência do princípio da hierarquia, que é restrito às funções administrativas e não aplicáveis às funções tipicamente legislativas e judiciais, a Administração Pública possui prerrogativa de avocar atribuições, e também de rever os atos dos subordinados;
- E) A Constituição Federal prevê, expressamente, os princípios da legalidade, publicidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e razoabilidade.

4. A vedação à Administração Pública de, por meio de mero ato administrativo, conceder direitos, criar obrigações ou impor proibições, vincula-se

- A) legalidade
- B) moralidade
- C) impessoalidade
- D) hierarquia
- E) eficiência

5. Com relação aos princípios constitucionais da Administração Pública, está em conformidade com a

- A) moralidade o ato administrativo praticado por agente público em favorecimento próprio, desde que revestido de legalidade.
- B) eficiência a prestação de serviço público que satisfaça em parte às necessidades dos administrados, desde que realizados com rapidez e prontidão;
- C) publicidade o sigilo imprescindível à segurança da sociedade e do Estado ou o indispensável à defesa da intimidade;
- D) impessoalidade a violação da ordem cronológica dos precatórios para o pagamento dos créditos de natureza comum;
- E) legalidade a inobservância a quaisquer atos normativos que não sejam lei em sentido estrito e provindos de autoridades administrativas.

6. Considere as assertivas:

I. Empresas públicas e sociedades de economia mista dependem, para a sua criação, de autorização legislativa, que deve ser específica, vedada a autorização genérica.

II. As autarquias, as fundações públicas, as sociedades de economia mista e as empresas públicas integram a Administração Indireta.

III. A Presidência da República e os Ministérios são órgãos integrantes da Administração Federal Indireta.

É correto afirmar que:

- A) todas as assertivas estão incorretas.
- B) somente a assertiva III está incorreta.
- C) somente as assertivas I e III estão incorretas.
- D) somente as assertivas I e II estão incorretas.
- E) todas as assertivas estão corretas.

7. São traços distintos entre empresa pública e sociedade de economia mista:

- A) forma jurídica; composição do capital e foro processual
- B) foro processual; forma de criação e objeto
- C) composição de capital; regime jurídico e forma de criação
- D) objeto, forma jurídica e regime jurídico
- E) regime jurídico, objeto e foro processual.

8. A recente reforma do Estado, empreendida pelo Governo Federal, introduziu novas figuras na Administração Pública Federal. No rol abaixo, assinale aquela que pode ser conceituada como resultado da qualificação que se atribuiu a uma autarquia ou fundação pública, cujo objeto institucional seja uma atividade exclusiva de Estado, com o propósito de dotá-la de maior autonomia gerencial:

- A) agência reguladora
- B) organização social
- C) serviço social autônomo
- D) agência executiva
- E) organização da sociedade civil de interesse público

9. As organizações sociais têm como característica, entre outras,

- A) atuar também nas áreas de ensino, pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico
- B) o vínculo jurídico com o Poder Público por meio do contrato de parceria;
- C) criação por decreto do Chefe do Executivo
- D) ser pessoa jurídica de direito privado, podendo ter fins lucrativos
- E) n.d.a

10. As pessoas jurídicas que integram o chamado Terceiro Setor têm regime jurídico:

- A) de direito público.
- B) de direito privado.
- C) predominantemente de direito público, parcialmente derogado por normas de direito privado.
- D) predominantemente de direito privado, parcialmente derogado por normas de direito público.
- E) de direito público ou de direito privado, conforme a pessoa jurídica.

ADAP/DP DE ESTUDOS DISCIPLINARES

4º Semestre – GRADE 2015.2

NOME: _____ **RA:** _____

Preencha abaixo o gabarito das questões:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

1. Assinale a alternativa incorreta:

- A) É caso de autotutela permitida pelo direito, a hipótese de prisão em flagrante, artigo 302, do CPP;
- B) É caso de autotutela permitida pelo direito, a hipótese de estado de necessidade, art. 24, do CP;
- C) É caso de autotutela permitida pelo direito, a hipótese de legítima defesa, art. 25, do CP;
- D) A heterotutela no Brasil tem intervenção do Juiz de direito, do Ministério Público e do Delegado de Polícia;
- E) A heterotutela é exercida (tem a intervenção) pelo Estado na figura do Juiz e pelo Arbitro, mas na esfera do Direito Criminal, somente o primeiro atua.

2. Leia as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta:

I – O direito penal é ramo que compõe o direito público.

II – O direito processual penal pode compor o direito público ou o direito privado, dependendo do bem violado.

III – A norma de direito processual penal tem caráter material.

- A) Somente a afirmação III está incorreta.
- B) Somente as afirmações II e III estão incorretas.
- C) Somente as afirmações I e III estão incorretas.
- D) Todas as afirmações estão corretas.
- E) Todas as afirmações estão incorretas.

3. Assinale a alternativa verdadeira:

- A) Na antiga Grécia o processo penal era realizado por juízes;
- B) Na antiga Roma o processo penal foi unificado para atender tanto os interesses públicos como os privados;
- C) No direito germânico os julgamentos penais eram feitos pelos cidadãos;
- D) No direito canônico ganhou destaque o sistema acusatório, onde a acusação, a defesa e o julgamento são feitos por pessoas diferentes;
- E) N.d.a.

4. Leia as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta:

I – O juizado especial criminal tem competência para o julgamento de crime cuja pena máxima não seja superior a quatro anos.

II – Em sede de juizado especial criminal a materialidade e os indícios de autoria são apurados mediante inquérito policial.

III – A fase preliminar em sede de juizado especial criminal é presidida, via de regra, pelo delegado de polícia.

- A) Somente a afirmação III está correta.
- B) Somente as afirmações II e III estão corretas.
- C) Somente as afirmações I e III estão corretas.
- D) Todas as afirmações estão corretas.
- E) Todas as afirmações estão incorretas.

5. Assinale a alternativa falsa:

- A) As leis de organização judiciária são fontes relacionadas à aplicação do direito dia-a-dia em determinados locais;
- B) A lei de Organização Judiciária é considerada secundária se comparada à lei processual, somente podendo ser aplicada de forma subsidiária;

- C) Normalmente uma lei gera seus efeitos durante o seu vigor, que se inicia com o fim do prazo da *vactio legis* termina com a sua revogação (tácita ou expressa);
D) A aplicação da lei processual penal no tempo segue a regra que "tempus regit actum";
E) A regra da retroatividade para beneficiar o réu ou a da irretroatividade da lei para não prejudicar o réu, tem aplicação em sede de processo penal.

6. Quanto à aplicação da lei processual penal no tempo, leia as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta:

I – A lei processual nova aplica-se aos processos em curso e aos processos futuros, independentemente do seu objeto ser o julgamento de crimes praticados anteriormente à sua vigência.

II – Em regra, aplica-se os princípios da irretroatividade e da imediatidade.

III – É possível que o legislador preveja que a lei nova não se aplicará a casos já em curso, o que se dá o nome de *ultra-atividade da lei anterior*.

- A) As afirmações I e II estão corretas.
B) As Afirmações II e III estão incorretas.
C) As afirmações I e III estão corretas.
D) Todas as afirmações estão corretas.
E) Todas as afirmações estão incorretas.

7. Assinale a alternativa falsa:

- A) O princípio da legalidade é expressado pela premissa de que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei;
B) O princípio da legalidade se liga ao princípio ministerial da obrigatoriedade;
C) A regra constitucional, que comporta exceção, é a de que os atos processuais sejam públicos;
D) O defensor tem direito à acesso a todos os documentos relacionados ao inquérito policial, sem exceção;
E) O réu tem direito constitucional à ampla defesa, sendo esta exclusivamente a prestada por advogado.

8. Leia as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta:

I – Todas as decisões advindas do Poder Judiciário devem ser fundamentadas;

II – Aos necessitados o Estado deve conferir defesa técnica por força do direito fundamental previsto no artigo 5, LXXIV, da CF, sendo certo que no curso do processo se o réu restar indefeso, deverá o juiz nomear-lhe advogado dativo.

III – O princípio da ampla defesa consiste na necessidade de se conferir ao réu todos os mecanismos legais e aptos à realização da impugnação da acusação que lhe é feita.

- A) Somente a afirmação III está incorreta.
B) As afirmações II e III estão incorretas.
C) As afirmações I e II estão incorretas.
D) Todas as afirmações estão corretas.
E) Todas as afirmações estão incorretas.

9. Assinale a alternativa falsa:

- A) A Constituição Federal informa que são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos. Não se admitem exceções para este princípio;
B) As provas ilícitas (gênero) se dividem em duas espécies: 1) provas ilegítimas, ou seja, aqueles obtidas com violação de regramento processual e 2) provas ilícitas propriamente ditas, cuja obtenção viola regras de direito material.
C) Pelo princípio do estado de inocência, o réu somente pode ser considerado culpado após um devido processo legal onde são apurados elementos formadores da convicção do juiz. No caso de dúvida deve o réu ser absolvido (princípio do "favor rei");
D) Apesar do princípio do estado de inocência não impede a prisão do réu antes do trânsito em julgado, desde que observados os requisitos legais para a chamada prisão cautelar;
E) O princípio do duplo grau de jurisdição estabelece que, de regra, todas as decisões poderão ser reexaminadas por um órgão jurisdicional hierarquicamente superior.

10. Sobre o princípio da presunção de inocência, assinale a alternativa falsa:

- A) Subsiste durante todo o processo e tem o objetivo de garantir o ônus da prova à acusação até a declaração final de responsabilidade penal através de sentença condenatória, da qual não caibam mais recursos;

- B) Não violam Estado de inocência: a prisão em flagrante, prisão temporária e a prisão preventiva;
- C) As providências cautelares têm a finalidade de se garantir a aplicação da lei e a eficácia do pronunciamento judicial final;
- D) São requisitos para a concessão da prisão cautelar, a existência do *fumus boni juris* e do *periculum in mora*;
- E) São características da prisão cautelar a instrumentalidade; a definitividade; a acessoriedade e a proporcionalidade.

ADAP/DP DE ESTUDOS DISCIPLINARES

5º Semestre – GRADE 2015.2

NOME: _____ **RA:** _____

Preencha abaixo o gabarito das questões:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

1. Qual é a natureza jurídica do direito do trabalho?

- A) direito público.
- B) direito misto.
- C) direito social.
- D) direito privado.
- E) direito unitário.

2. Quais são as principais fontes formais autônomas do Direito do Trabalho?

- A) Costume, Convenção Coletiva do Trabalho, Acordo Coletivo do Trabalho e Regulamento de Empresa.
- B) Constituição Federal, Consolidação das Leis do Trabalho e demais Leis esparsas.
- C) Dissídio Coletivo e Sentença Normativa.
- D) Súmula do Tribunal Superior do Trabalho e demais jurisprudência trabalhista.
- E) Convenção e recomendação internacional ratificada pelo Brasil.

3. Em relação ao contrato de trabalho, é correto afirmar que da continuidade específica do contrato de trabalho, de trato sucessivo, deriva a consequência de que a indeterminação do prazo se presume, cabendo a quem alega em contrário, fazer a prova de que o contrato foi celebrado a termo.

Diante da afirmativa acima, podemos concluir que o contrato de trabalho deve ser escrito e deve haver registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Analisando as afirmativas acima, responder:

- A) As afirmativas acima estão perfeitamente corretas, ante a forma prescrita em lei na celebração do contrato de trabalho.
- B) A primeira afirmativa está correta, eis que o contrato de trabalho é informal, mesmo se se tratar de contrato a termo.
- C) As afirmativas acima estão equivocadas, visto que a prova do contrato de trabalho, por prazo indeterminado e a prazo, é essencialmente documental.
- D) A primeira afirmativa está correta, porque a segunda afirmativa a complementa.
- E) Ambas as afirmativas estão incorretas.

4. Leia as assertivas e assinale a alternativa correta abaixo:

I – Para efeitos trabalhistas, são relativamente incapazes os adolescentes entre 16 e 18 anos, totalmente incapazes os menores de 16 anos, exceto como aprendiz a partir dos 14 anos, e absolutamente capazes os maiores de 18 anos.

II – O empregado com idade entre 16 e 18 anos não precisa de assistência para firmar contrato de trabalho, porque a emissão da CTPS pressupõe a apresentação de declaração expressa dos pais ou responsáveis; também pode assinar recibos sem assistência, inclusive o de quitação final do contrato de trabalho.

III – O aprendiz a partir de 14 anos de idade para a celebração de contrato de aprendizagem deve estar representado pelo representante legal.

- A) apenas as assertivas I e II estão corretas.
- B) apenas as assertivas I e III estão corretas.
- C) apenas a assertiva II está correta.
- D) todas as assertivas estão corretas.
- E) todas as assertivas estão incorretas.

5. Quanto à participação nos lucros e resultados, considerando as proposições abaixo, assinale a alternativa verdadeira:

I – A participação nos lucros e resultados será objeto de negociação entre a empresa e seus empregados mediante instituição de comissão escolhida pelas partes, integrada, também, por um representante indicado pelo sindicato da respectiva categoria ou através de convenção ou acordo coletivo de trabalho.

II – Os valores pagos a título de participação nos lucros e resultados não substituem ou complementam a remuneração devida ao empregado, nem constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista, não se lhe aplicando o princípio da habitualidade.

III – É vedado o pagamento de qualquer antecipação ou distribuição de valores a título de participação nos lucros ou resultados da empresa em periodicidade inferior a um semestre civil, ou mais de duas vezes no mesmo ano civil.

IV – Caso a negociação coletiva visando à participação nos lucros e resultados da empresa resulte em impasse, uma das partes poderá propor dissídio coletivo no Tribunal Regional do Trabalho para solução do impasse.

- A) Somente as proposições II e IV são verdadeiras.
- B) Somente as proposições I e IV são verdadeiras.
- C) Somente as proposições II e III são verdadeiras.
- D) Somente as proposições I, II e IV são verdadeiras.
- E) Todas as proposições são verdadeiras.

6. Analise as proposições abaixo sobre a remuneração e o salário do empregado, e ao final assinale a alternativa correta:

I – Na falta de estipulação do salário ou não havendo prova sobre a importância ajustada, o empregado fará jus ao salário compatível com o mercado, ou seja, igual ao daquele que fizer serviço equivalente em outra empresa do mesmo ramo de atividade.

II – O pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho, não deve ser estipulado por período superior a 1 (um) mês, salvo no que concerne a comissões, percentagens e gratificações.

III – Para efeitos de cálculo de remuneração, considera-se gorjeta somente aquela que for cobrada pela empresa ao cliente, como adicional nas contas, a qualquer título, e destinada à distribuição aos empregados, não sendo considerada a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado.

IV – Os uniformes utilizados pelos vendedores de lojas de departamento para facilitar a sua identificação pelo cliente se constituem em utilidades concedidas pelo empregador sem natureza salarial.

V – O transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, em percurso servido ou não por transporte público é considerada utilidade sem natureza salarial.

- A) Somente as proposições I e II estão corretas.
- B) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- C) Somente as proposições III e V estão corretas.
- D) Somente as proposições II, IV e V estão corretas.
- E) Todas as proposições estão corretas.

7. Contrato de trabalho a tempo parcial celebrado para prestar 5 horas por semana (trabalhar 1:00 hora por dia). Empregado comete 33 faltas injustificadas ao longo do ano. Quantos dias de férias o empregado terá direito, após 12 meses de vigência do referido contrato de trabalho?

- A) O empregado terá 8 dias de férias.
- B) O empregado terá 6 dias de férias.
- C) O empregado terá 4 dias de férias.
- D) O empregado terá 2 dias de férias.
- E) Não terá direito a férias.

8. No tocante aos princípios que regem o direito a férias, assinale qual não corresponde às férias.

- A) renunciabilidade.
- B) anualidade.
- C) remunerabilidade.
- D) continuidade.
- E) proporcionalidade.

9. A respeito do aviso prévio, é correto afirmar que:

- A) A não redução da jornada de trabalho durante o cumprimento do aviso prévio, importa em concessão de novo aviso pelo empregador, não sendo admissível considerar-se como horas extras as duas horas indevidamente laboradas.
- B) O abandono de emprego somente se caracteriza quando o empregado deixar de comparecer ao trabalho, sem motivo justificado, por período igual ou superior a 30 dias, não havendo falar-se no aviso prévio.
- C) O aviso prévio é a comunicação que a parte que tem a intenção de rescindir o contrato de trabalho faz à outra parte contratual, de no máximo 30 (trinta) dias.
- D) É devido o pagamento de aviso prévio pelo empregador, ainda que a ruptura contratual tenha sido deflagrada por iniciativa do empregado ao invocar despedida indireta (justa causa cometida pelo empregador).
- E) O aviso prévio é comunicação que somente o empregador deve ao empregado, quando aquele pretende rescindir o contrato sem justa causa deste, não sendo devido no caso de pedido de demissão do empregado ao empregador.

10. No que tange à justa causa, pode ser afirmado que:

- 1ª afirmativa: O legislador brasileiro adotou um sistema de enumeração rígida das justas causas.
- 2ª afirmativa: Em regra, somente podem ser invocados para justificar a rescisão por justa causa os motivos relacionados em lei.
- A) Ambas as afirmativas estão corretas, sendo que a segunda complementa e melhor explica a primeira.
- B) Ambas as afirmativas estão incorretas, pois o sistema de enumeração de justa causa é flexível, para possibilitar a aplicação da flexibilização do direito do trabalho.
- C) Ambas as afirmativas estão corretas, sendo que a ambas referem-se a aspectos distintos da justa causa.
- D) A primeira afirmativa está correta e a segunda está incorreta.
- E) A primeira afirmativa está incorreta e a segunda está correta.

ADAP/DP DE ESTUDOS DISCIPLINARES

6º Semestre – GRADE 2015.2

NOME: _____ RA: _____

Preencha abaixo o gabarito das questões:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

1. Todos os recursos se sujeitam a um juízo prévio de admissibilidade pelo qual o órgão julgador irá verificar de sua regularidade formal. Nesse sentido, são pressupostos objetivos analisados nessa fase:

- A) Cabimento
- B) Tempestividade
- C) Regularidade formal
- D) Preparo
- E) Todas estão corretas

2. É irrecurável o ato judicial que:

- A) Indefere o pedido de gratuidade de justiça
- B) Condena o autor em litigância de má-fé
- C) Julga procedente o pedido do autor
- D) Reconhece a ocorrência de prescrição
- E) Determina a intimação das partes para comparecerem a audiência

3. Os embargos de declaração é o recurso cabível contra as decisões de primeira ou segunda instância quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição; ou ainda, quando for omitido ponto sobre o qual deveria pronunciar-se o juiz ou tribunal. Considerando essa premissa, assinale a alternativa correta:

(I) Serão opostos dentro do prazo de cinco dias, em petição dirigida ao juiz, quando sentença, ou ao relator, quando acórdão, com a indicação do ponto obscuro, contraditório ou omissivo.

(II) A interposição dos embargos de declaração interrompem o prazo para interposição de qualquer outro recurso, perdurando a interrupção até que o órgão judiciário venha a se manifestar decidindo a matéria constante do declaratório.

(III) Em respeito ao princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, deverá sempre ser oportunizada à parte contrária o mesmo prazo de cinco dias para falar em contrarrazões e, somente após, o juízo verificará da admissibilidade do recurso.

- A) Somente (I) está correto
- B) Somente (I) e (II) estão corretos
- C) Somente (III) está correto
- D) Somente (I) e (II) estão corretos
- E) Somente (I) e (III) estão corretos

4. É correto afirmar em sede de embargos declaratórios:

- A) Que a decisão proferida em decorrência de sua interposição não se integra à decisão omissa, porquanto a natureza jurídica desse recurso é tão somente a de esclarecer a decisão embargada.
- B) Que a sua interposição não interrompe o prazo de apelação ou de outros recursos.
- C) Podem, casualmente, deter caráter infringente, de molde a permitir a impressão de efeitos modificativos no bojo da decisão omissa, contraditória ou materialmente incorreta.
- D) Se manejados com o intuito de suscitar prequestionamento, na eventualidade de o órgão julgador insistir na omissão, é cabível a imposição da multa ao magistrado.
- E) O Ministério Público tem prazo recursal em dobro tendo em vista suas prerrogativas de fiscal da lei, porém só no tocante às decisões de primeiro grau.

5. A ré, na fase de cumprimento de sentença, teve a sua impugnação aos cálculos apresentados pelo autor, liminarmente rejeitado pelo juiz da causa. Dessa decisão

interpõe agravo de instrumento ao Tribunal competente, no prazo legal, instruindo sua petição com todos os documentos necessários, além de ter juntado a comprovação do recolhimento das custas. Neste caso o relator:

- A) Pode converter o agravo de instrumento em agravo retido, se entender que a matéria não é urgente.
- B) Deve julgar improvido o agravo de instrumento por não ser cabível na fase de cumprimento de sentença.
- C) Deve declarar deserto o agravo de instrumento.
- D) Deve declarar prescrito o agravo de instrumento
- E) Deve, depois de cumpridas as formalidades legais, levar o agravo a julgamento pela turma.

6. Qual o recurso cabível contra os despachos de mero expediente?

(I) Agravo nos próprios autos

(II) Não cabe recurso algum

(III) Agravo de Instrumento

- A) Somente (I) está correta.
- B) Somente (II) está correta.
- C) Somente (III) está correta.
- D) Somente (I) e (II) estão corretas.
- E) Somente (I) e (III) estão corretas.

7. No que diz respeito ao recurso extraordinário ou especial repetitivo, podemos afirmar:

- A) É um mecanismo de julgamento de múltiplos recursos que possuem teses idênticas e tenham como fundamento idêntica questão de direito;
- B) Objetiva julgar por amostragem, escolhendo-se um caso como paradigma, cujo resultado do julgamento será aplicado a todos os demais recursos baseados em questão idêntica.
- C) Justifica-se a aplicação deste dispositivo quando existirem perante o mesmo Tribunal diversos recursos especiais ou extraordinários com fundamento em idêntica questão de direito.
- D) Trata-se, a bem da verdade, de um mecanismo de julgamento, cujo escopo maior, é a economia processual a fim de evitar que tais recursos se acumulem perante o Superior Tribunal de Justiça ou perante o Supremo Tribunal Federal.
- E) Todas estão corretas.

8. No que diz respeito à aplicação do julgamento do recurso repetitivo, nos demais processos que foram sobrestados, podemos afirmar;

(I) o presidente ou o vice-presidente do tribunal de origem negará seguimento aos recursos especiais ou extraordinários sobrestados na origem, se a decisão recorrida coincidir com a orientação fixada pelo tribunal superior no caso paradigma, evitando que tais processos subam ao STJ ou STF.

(II) se a decisão recorrida não estiver em conformidade com o acórdão paradigma, o órgão que proferiu o acórdão recorrido, na origem, reexaminará o processo de competência originária, a remessa necessária ou o recurso anteriormente julgado para eventual reconsideração da decisão anterior.

(III) os processos suspensos em primeiro e segundo graus de jurisdição serão automaticamente extintos, sem julgamento de mérito, em face da aplicação da tese firmada pelo tribunal superior.

- A) Somente (I) está correto
- B) Somente (II) está correto
- C) Somente (III) está correto
- D) Somente (I) e (II) estão corretas
- E) Todas estão corretas

9. Com relação ao Recurso Extraordinário, leia as afirmativas abaixo, assinale no quadro qual é a alternativa correta:

(I) Assim como o Recurso Ordinário poderá ser interposto perante o STF ou o STJ dependendo da matéria versada nos autos e do órgão julgador na origem.

(II) Será recebido somente no efeito devolutivo, o que significa dizer que a parte poderá promover a execução provisória da sentença.

(III) Deve ser interposto por petição dirigida ao presidente do STF, em petições distintas, isto é, uma de interposição, e outra com as razões que deverá conter: a exposição do fato e do direito; a demonstração do cabimento do recurso interposto; e as razões do pedido de reforma da decisão recorrida.

- A) Somente (I) está correta.

- B) Somente (II) está correta.
- C) Somente (III) está correta.
- D) Somente (I) e (II) estão corretas.
- E) Todas estão corretas

10. Com relação ao recurso especial, é correto afirmar:

- A) exige-se a demonstração da repercussão geral das matérias versadas em recurso especial.
- B) o prequestionamento, por não ser previsto em lei, não constitui pressuposto de admissibilidade recursal.
- C) quando se fundar em dissídio jurisprudencial, o recorrente fará a prova da divergência mediante certidão, cópia autenticada ou pela citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado.
- D) não se exige conflito analítico em caso de este ser fundamentado em dissídio jurisprudencial.
- E) N.D.A.

ADAP/DP DE ESTUDOS DISCIPLINARES

7º Semestre – GRADE 2015.2

NOME: _____ RA: _____

Preencha abaixo o gabarito das questões:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10

1. Possuidor é aquele que atua em relação à coisa como se fosse proprietário, pois exerce algum dos poderes inerentes ao domínio. A posse é, então, exteriorização da propriedade.

Desse modo, é certo afirmar que:

- A) A posse depende sempre da apreensão material da coisa.
- B) A posse é sinônimo de detenção.
- C) Apenas o proprietário é possuidor.
- D) A posse é direito real, para os doutrinadores em unanimidade.
- E) É possível que o possuidor indireto proteja a sua posse.

2. Analise as proposições que seguem e assinale a alternativa correta:

O constituto possessório ocorre quando o alienante de certo bem em vez de entregá-lo ao adquirente, conserva-o, com anuência deste, em seu poder, por outro título, como o de locatário, depositário ou comodatário. O alienante perde a posse indireta da coisa, pois afasta o "animus" e conserva a coisa em nome do novo proprietário.

PORQUE

Não há posse sem o elemento material, sem o corpus, em hipótese alguma.

Pode-se afirmar que:

- A) As duas proposições são corretas e a segunda justifica a primeira.
- B) As duas proposições são corretas, mas a segunda não justifica a primeira.
- C) Apenas a primeira proposição é correta.
- D) Apenas a segunda proposição é correta.
- E) As duas proposições são falsas.

3. A posse pode ser adquirida:

- A) Pela pessoa que a pretende, ou seu representante, ou por terceiro sem mandato, dependendo de ratificação.
- B) Somente pela pessoa que a pretende.
- C) Pela pessoa que a pretende ou por representante, desde que este tenha procuração.
- D) Apenas pela pessoa que a pretende ou por seu representante legal.
- E) Por qualquer pessoa, desde que haja mandato.

4. Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

I. Direito real é o direito que se prende à coisa, prevalecendo sobre todos, independentemente da colaboração de outrem para o seu exercício e conferindo ao seu titular a possibilidade de buscar a coisa onde quer que se encontre, e sobre ela exercer o seu direito.

II. Direito real é relação entre pessoa e coisa: seu exercício não depende de colaboração de terceiros.

III. O direito pessoal somente pode ser usufruído com a colaboração forçada ou espontânea do devedor.

- A) Somente I e II são corretas.
- B) Somente I e III são corretas.
- C) Somente II e III são corretas.
- D) Todas são corretas.
- E) Todas são incorretas.

5. A pessoa que detém coisa por ordem de outrem não pode colher efeitos jurídicos desta mera detenção. É o caso por exemplo da bibliotecária em relação aos livros, ou do motorista em relação ao veículo automotor. Pode-se afirmar, então, que:

- A) O detentor tem direito aos frutos da coisa.
- B) O detentor pode mover interditos possessórios.
- C) O possuidor de má-fé se equipara ao detentor, pois a sua posse não gera efeitos jurídicos.
- D) O possuidor de boa-fé e o detentor têm direitos iguais quanto aos efeitos da posse.
- E) A detenção não gera efeitos jurídicos.

6. No direito de vizinhança, as obrigações vinculam o vizinho, que passa a ser o devedor da prestação de respeitar os direitos de outro vizinho, abstendo-se da prática de atos ou sujeitando-se à invasão de sua órbita dominial, só por ser dono de prédio confinante.

O direito de vizinhança:

- A) Gera obrigações propter rem, que não se transmitem ao sucessor a título singular.
- B) Gera dever que acompanha a coisa, vinculando quem se encontra na posição de dono ou possuidor (vizinho).
- C) Sempre enseja a servidão predial.
- D) Tem como fonte o contrato.
- E) Decorre de atos ilícitos, abusivos ou lesivos.

7. A usucapião se fundamenta no propósito de consolidação da propriedade, pois o fato se converte em direito através dela. Então, com a usucapião se estimula a paz social e se diminui para o proprietário o ônus da prova de seu domínio.

Para provar o domínio, em rigor o titular deve provar a sua aquisição e a aquisição por parte de seus antecessores. Mas com a usucapião, prova-se a legitimidade do domínio com a prova do período suficiente de posse.

O possuidor que ocupa a terra para produzir, com a desídia do proprietário, pode usucapir – a propriedade deve ser usada conforme o interesse social, e não pode ser, portanto, abandonada.

Conforme a legislação atual, o menor prazo para que ocorra a usucapião de imóveis é de:

- A) 15 anos.
- B) 10 anos.
- C) 5 anos.
- D) 3 anos.
- E) 2 anos.

8. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta:

Possuidor de boa-fé não responde pela perda ou deterioração da coisa a que não der causa

PORQUE

O possuidor de boa-fé, certo de que a coisa é sua, cuida da coisa com o mesmo zelo que o proprietário cuidaria: o possuidor de boa-fé não é responsável pelas deteriorações, assim como não é pelos feitos nos seus próprios bens.

- A) As duas proposições são corretas, e a segunda justifica a primeira.
- B) As duas proposições são corretas, mas a segunda não justifica a primeira.
- C) Somente a primeira proposição é correta.
- D) Apenas a segunda proposição é correta.
- E) As duas proposições são incorretas.

9. Quanto à propriedade resolúvel, examine as proposições seguintes:

Quando a causa da resolução é superveniente, a resolução não tem efeito retroativo, e as consequências dela resultantes se contam apenas do momento da resolução. São válidos os atos de alienação praticados anteriormente.

PORQUE

Quando não se pode prever a resolução, devem ser protegidos os adquirentes de boa-fé; a lei confere validade aos atos de constituição de direitos reais de que eles participaram, não permitindo que os efeitos da resolução os alcancem.

É correto afirmar que:

- A) As duas proposições são corretas, e a segunda justifica a primeira.
- B) As duas proposições são corretas, mas a segunda não justifica a primeira.
- C) As duas proposições são falsas.
- D) Somente a primeira proposição é correta.
- E) Somente a segunda proposição é correta.

10. As partes suscetíveis de utilização independente, tais como apartamentos, escritórios, salas, lojas e sobrelojas, com as respectivas frações ideais no solo e nas outras partes comuns, sujeitam-se a propriedade exclusiva, podendo ser alienadas e gravadas livremente por seus proprietários,

A) exceto os abrigos para veículos, que não poderão ser alienados ou alugados a pessoas estranhas ao condomínio, salvo autorização expressa na convenção de condomínio.

B) inclusive os abrigos para veículos, que poderão ser alienados ou alugados a pessoas estranhas ao condomínio, independentemente de autorização expressa na convenção de condomínio.

C) mas os abrigos para veículos somente poderão ser alugados a pessoas estranhas ao condomínio, jamais alienados.

D) exceto os abrigos para veículos, que não poderão ser alienados ou alugados a pessoas estranhas ao condomínio, ainda que haja autorização expressa na convenção de condomínio – tal autorização é nula.

E) exceto os abrigos para veículos, que só poderão ser alienados ou alugados a pessoas estranhas ao condomínio com aprovação unânime dos condôminos.